

## **TERMO DE USO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

### **SERVIÇO: OUVIDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO DO CNJ**

(Versão de 07/01/2022)

#### **Resumo para o usuário**

Para registrar sua manifestação, é necessário informar sua identificação, dados de contato, dados do processo, se houver, e apresentar um relato claro do que deseja do CNJ.

Os dados pertinentes à identificação (nome, número do RG e órgão expedidor, número do CPF ou do CNPJ), os dados de contato (e-mail, telefone e, no caso de manifestação recebida por carta, endereço), dados de localização (cidade e estado) e os dados do processo (numeração e onde tramita), se houver, serão divulgados aos setores administrativos do CNJ ou aos órgãos externos para os quais a sua manifestação for encaminhada, para utilização restrita às atividades necessárias ao processamento e resolução de sua manifestação.

No caso de a demanda ser pertinente a órgão não integrante do Poder Judiciário, poderá ser encaminhada ao órgão público responsável pelo assunto, pelo canal de Ouvidoria ou outro canal de comunicação do órgão, para fins de conhecimento e eventual tratamento da mesma.

Demais dados sociodemográficos coletados por meio do formulário eletrônico (ou quaisquer outros meios de atendimento ao cidadão), a faixa etária, de localização, se pessoa com deficiência ou doença grave, sexo e ocupação são utilizadas para compreensão da demanda. O dado relativo à faixa etária e/ou à adequação ao grupo de pessoas com deficiência ou doença grave também podem ser utilizados para avaliação de prioridades legais (Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e Resolução CNJ n. 401/2021).

Todos esses dados, poderão ser utilizados para produção de relatórios e estatísticas, e serão tratados de forma agregada, de modo a não permitir a identificação de seu titular.

# **Termo de Uso e Tratamento de Dados Pessoais do Serviço Ouvidoria e Serviço de Informações ao Cidadão do CNJ**

O Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”) empenha-se para atender devidamente as exigências referentes à proteção de dados. As regras de privacidade e de tratamento de dados do serviço de Ouvidoria e do Serviço de Informações ao Cidadão estão definidas neste termo.

## **Finalidade**

Esse Termo de Uso e Tratamento de Dados Pessoais do Serviço Ouvidoria e Serviço de Informações ao Cidadão do CNJ fornece aos indivíduos (aqui denominados, singularmente, “titular de dados”) que utilizam o Serviço de Ouvidoria e/ou o Serviço de Informações ao Cidadão (doravante denominado “SERVIÇO”), informações importantes sobre como o CNJ lida com seus dados e informações pessoais. O Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”) é o controlador de dados (“Controlador”) e responsável por realizar o tratamento de seus dados e informações pessoais.

## **Categorias de Dados Pessoais Tratados**

O tratamento de informações pessoais do SERVIÇO compreende as seguintes categorias:

- Dados e informações pessoais sobre identificação: nome ou nome social, gênero/sexo, CPF, R.G. e órgão expedidor ou registro profissional (OAB, dentre outros), fotos e imagens do usuário e de seus documentos pessoais);
- Dados e informações pessoais de contato: endereço, cidade e UF, número de telefone, e-mail;
- Dados e informações relativas a formação/qualificação profissional e profissão;
- Dados e informações sobre faixa etária;
- Dados e informações sobre a adequação ao grupo de pessoas com deficiência ou doença grave;

Além dos dados pessoais, são solicitados dados de identificação do processo judicial ou administrativo, para os casos que se referem a processos no Poder Judiciário:

- Dados e informações sobre processos judiciais: onde tramita, numeração, se foi julgado ou não, se está em execução ou não.

## **Finalidade do Tratamento e Divulgação de Informações Pessoais**

O SERVIÇO irá usar ou, de outro modo, tratar dados e informações pessoais conforme a descrição a seguir:

- Dados e informações pessoais de identificação e de contato: para identificar e confirmar sua identidade para fins de atendimento, administrar pesquisas de opinião, atender solicitações e demandas dos próprios titulares do dado, de órgãos reguladores e/ou autoridades administrativas no cumprimento obrigações legais, regulatórias ou ordens judiciais, e para fins estatísticos e de pesquisa. Os dados poderão ser compartilhados com os setores administrativos do CNJ ou com os órgãos externos do Poder Judiciário para os quais a sua manifestação for encaminhada, para utilização restrita às atividades necessárias ao processamento e resolução da manifestação. No caso de a demanda ser pertinente a órgão não integrante do Poder Judiciário, caso seja encaminhada ao órgão competente, os dados poderão ser compartilhados com o órgão público responsável pelo assunto;
- Dados e informações relativas a formação/qualificação profissional e profissão: para fins de verificação do vínculo do usuário com o Poder Judiciário, para fins estatísticos e de pesquisa;
- Dados e informações sobre faixa etária: para avaliação da priorização legal do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003); para fins estatísticos e de pesquisa;
- Dados e informações sobre a adequação ao grupo de pessoas com deficiência ou doença grave: para avaliação da priorização prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015) e na Resolução CNJ n. 401, de 16/06/2021; para fins estatísticos e de pesquisa;
- Dados e informações sobre processos judiciais: os dados de onde tramita e a numeração do processo judicial ou administrativo para fins de compreensão, análise, verificação e para atendimento da demanda registrada. Os dados poderão ser compartilhados com os setores administrativos do CNJ ou com os órgãos externos do Poder Judiciário para os quais a sua manifestação for encaminhada, para utilização restrita às atividades necessárias ao processamento e resolução da manifestação. No caso de a demanda ser pertinente a

órgão não integrante do Poder Judiciário, caso seja encaminhada ao órgão competente, os dados poderão ser compartilhados com o órgão público responsável pelo assunto. Os dados sobre a situação do processo (julgado ou não, e em execução ou não) são utilizados para compreensão da demanda e para fins estatísticos e de pesquisa.

De acordo com disposições legais e regulatórias, e também como premissa para a execução do SERVIÇO, o titular de dados deve fornecer seus dados e informações pessoais para os propósitos de tratamento descritos acima. Caso não o faça, a consequência poderá ser a impossibilidade da prestação do SERVIÇO em seu favor. Se o titular de dados fornecer ao SERVIÇO dados e informações pessoais de terceiros (como dependentes, cônjuge, familiares, por exemplo), é sua responsabilidade garantir que obteve autorização de tais terceiros para divulgar as informações ao CNJ no âmbito do SERVIÇO.

Conforme necessário, em relação a estas finalidades, autoridades governamentais e órgãos públicos e ouvidorias, poderão acessar ou, de outra forma, tratar dados e informações pessoais, mediante compartilhamento, que tenham relação com as suas responsabilidades profissionais ou legais ou com o SERVIÇO.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça adota medidas como padrão de proteção de dados para garantir que qualquer dado ou informação pessoal transferida permaneça em ambiente protegido e seguro. Uma cópia dessas cláusulas pode ser obtida no portal do CNJ, no link: [www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/documentos-e-relatorios/](http://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/documentos-e-relatorios/).

### **Hipóteses legais de tratamento de dados pessoais:**

O quadro abaixo sintetiza as hipóteses de tratamento de dados previstas no artigo 7º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018).

Considerando a natureza do Conselho Nacional de Justiça e as atividades de sua Ouvidoria e Serviço de Informações ao Cidadão, aplicam-se as hipóteses 2, 3 e 4, destacadas em azul na tabela a seguir, como características dos serviços prestados:

<b>HIPÓTESE DE TRATAMENTO</b>	<b>DISPOSITIVO LEGAL</b>	<b>REQUER CONSENTIMENTO DO TITULAR?</b>	<b>APLICA-SE AO SERVIÇO?</b>
Hipótese 1: Mediante consentimento do titular	LGPD, art. 7º, inciso I	Sim	Não

<b>HIPÓTESE DE TRATAMENTO</b>	<b>DISPOSITIVO LEGAL</b>	<b>REQUER CONSENTIMENTO DO TITULAR?</b>	<b>APLICA-SE AO SERVIÇO?</b>
Hipótese 2: Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória	LGPD, art. 7º, inciso II	Não	Sim
Hipótese 3: Para a execução de políticas públicas	LGPD, art. 7º, inciso III	Não	Sim
Hipótese 4: Para a realização de estudos e pesquisas	LGPD, art. 7º, inciso IV	Não	Sim
Hipótese 5: Para a execução ou preparação de contrato	LGPD, art. 7º, inciso V	Termos de consentimento definidos no contrato ou decorrentes da autonomia da vontade.	Não
Hipótese 6: Para o exercício de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	LGPD, art. 7º, inciso VI	Não	Não
Hipótese 7: Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro	LGPD, art. 7º, inciso VII	Não	Não
Hipótese 8: Para a tutela da saúde do titular	LGPD, art. 7º, inciso VIII	Não	Não
Hipótese 9: Para atender interesses legítimos do controlador ou de terceiro	LGPD, art. 7º, inciso IX	Não	Não
Hipótese 10: Para proteção do crédito	LGPD, art. 7º, inciso X	Não	Não

Fonte: Adaptado de CCGD/Ministério da Economia. **Guia de Boas Práticas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Brasília, ago. 2020.

Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/guia-lgpd.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

## **Retenção de Dados e Informações Pessoais**

Os dados e informações pessoais serão retidos pelo prazo estritamente necessário para o cumprimento das finalidades de tratamento acima estabelecidas, de acordo com a legislação e regulação aplicáveis.

## **Segurança e Integridade de Informações Pessoais**

O CNJ mantém medidas de segurança razoáveis para salvaguardar os dados e informações pessoais contra perda, interferência, uso indevido, acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição.

### **Direitos do Titular de Dados Pessoais**

Você, enquanto titular de dados pessoais, tem o direito de solicitar as seguintes informações relacionadas aos seus dados pessoais:

Os titulares de dados podem entrar em contato conosco através do Formulário eletrônico da Ouvidoria (disponível em <https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/>) ou pelo e-mail fornecido na seção de “Informações de Contato” abaixo, para requerer confirmação da existência de tratamento, para corrigir inexatidões, incompletudes ou erros ou para requerer anonimização, bloqueio ou eliminação de suas informações pessoais. Os titulares de dados podem, também, requisitar informações sobre órgãos públicos com os quais suas informações pessoais tenham sido compartilhadas.

Caso o titular de dados tome ciência de qualquer inexatidão ou caso ocorra alguma alteração em suas informações pessoais, poderá nos informar tais mudanças por meio do Formulário eletrônico da Ouvidoria (disponível em <https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/>) ou pelo endereço listado abaixo, na seção “Informações de Contato”, para que suas informações pessoais sejam atualizadas ou corrigidas. Registramos que o usuário que seja parte processual de processo em curso no Conselho Nacional de Justiça que deseja atualizar dados em seu processo, deve fazê-lo diretamente nos autos, seguindo as regras processuais administrativas e civis.

### **Divulgações Requeridas ou Permitidas pela Lei**

A despeito de quaisquer outras previsões deste Termo, o SERVIÇO pode divulgar ou, de outra forma, tratar dados e informações pessoais, no contexto de qualquer atividade parte de seu SERVIÇO, ou, caso exigido ou permitido por lei, para fins de qualquer relatório de auditoria, ao qual o SERVIÇO eventualmente esteja sujeito.

### **Informações de Contato**

Os titulares de dados podem levantar quaisquer questões acerca do tratamento de dados e informações pessoais pelo Formulário Eletrônico da Ouvidoria (disponível em

<https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/>), pelo e-mail do Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais (DPO) do Conselho Nacional de Justiça ([gabinete.bandeira@cnj.jus.br](mailto:gabinete.bandeira@cnj.jus.br)) ou acessando quaisquer canais de atendimento.